

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RS**

---

PORTARIAS

Gabinete da Presidência

**PORTARIA**

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2020**

**Institui, em caráter emergencial, excepcional e temporário, o atendimento de Telemedicina\Teleconsultas em decorrência da epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Sistema IPE Saúde.**

**A DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL - IPE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 30, § 1º, da Lei nº 15.144, de 5 de abril de 2018 e pelo art. 44 da Lei Complementar nº 15.145, de 5 de abril de 2018;

**Considerando** a publicação da Portaria nº 188/GMMS, de 3 de fevereiro de 2020, que "*declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)*";

**Considerando** a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que "*Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*";

**Considerando** a publicação da Portaria nº 356/GMMS, de 11 de março de 2020 que "*Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)*";

**Considerando** a publicação da Portaria 454 de 20 de março de 2020 que "*Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19)*";

**Considerando** as diretrizes do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19<sup>1</sup>;

**Considerando** a vigência do Decreto Legislativo nº6 de 20 de março de 2020 que "*Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020*".;

**Considerando** a publicação da Portaria nº 467, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe em caráter excepcional e temporário sobre as ações de telemedicina;

**Considerando** o Decreto nº 55.118 de 16 de março de 2020 que "*Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado.*";

**Considerando** o Decreto nº 55.115 de 12 de março de 2020 que "*Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus)*";

**Considerando** o Decreto nº 55.128 de 19 de março de 2020 que "*Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.*";

**Considerando** a possibilidade de prescrição, por parte do médico, de tratamento ou outros procedimentos sem exame direto do paciente em casos de urgência ou emergência previsto no Código de Ética Médica;

**Considerando** as diretrizes da Resolução nº 1.643/2002 do Conselho Federal de Medicina, que define e disciplina a prestação de serviços através da Telemedicina;

**Considerando** as orientações do Conselho Federal de Medicina, através do Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur de 19 de março de 2020, que reconhece a possibilidade e a eticidade da utilização da Telemedicina, em caráter de excepcionalidade e enquanto durar as medidas de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19);

#### **DETERMINA:**

**Art. 1º** - Esta Ordem de Serviço dispõe, em caráter emergencial, excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina\Teleconsulta, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da epidemia de Coronavírus (COVID-19).

**Art. 2º** - A realização de teleconsultas (consultas médicas não presenciais) em regime de telemedicina se dará mediante contato prévio do usuário com o prestador credenciado ao IPE Saúde, visando ao agendamento.

**Art. 3º** - O usuário, mediante utilização de sua matrícula e senha do cartão do IPE Saúde, deverá solicitar atendimento em regime de teleconsulta para o prestador selecionado no *site* do Instituto ([www.ipesaude.rs.gov.br](http://www.ipesaude.rs.gov.br)), em área própria, indicando o número de inscrição do profissional no CREMERS.

**Art. 4º** - O prestador selecionado receberá, via *Short Message Service (SMS)*, no momento da autorização da consulta não presencial, mensagem contendo a senha necessária para a validação do atendimento solicitado pelo usuário.

**§1º** - A teleconsulta será validada com a digitação da senha recebida pelo prestador selecionado no *site* do Instituto, em área própria.

**§ 2º** - A senha recebida não terá validade para realização de outra teleconsulta, que não a solicitada, ainda que para o mesmo usuário.

**§ 3º** - A senha fornecida ao prestador para a teleconsulta terá validade de 24 horas.

**Art. 5º** - É responsabilidade do prestador selecionado dispor dos meios de tecnologia da informação e comunicação necessários para a realização de consultas médicas em regime de teleconsulta.

**Parágrafo único.** O meio de tecnologia empregado para realização da teleconsulta deve garantir a integridade, segurança e o sigilo das informações, contemplando as diretrizes previstas na Portaria nº 467, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde.

**Art. 6º** - A realização de consultas médicas em regime de telemedicina observará os limites previamente estipulados pelo IPE Saúde de consultas/mês, ou de acordo com a quantidade estabelecida por especialidade.

**Art. 7º** - As teleconsultas não possuem restrição de horário, podendo inclusive ser realizadas em finais de semana e feriados, conforme agendamento realizado nos moldes do artigo 2º.

**Art. 8º** - O atendimento através de telemedicina poderá ser utilizado por todos os usuários do IPE Saúde desde que estejam com a inscrição regular.

**Art. 9º** - A consulta realizada on-line não compõe o número máximo de consultas presenciais do prestador, mas está limitada a 50% (cinquenta por cento) do limite máximo de consultas presenciais, as quais são definidas pelo próprio prestador em seu acesso administrativo.

**Art. 10** - Na realização de teleconsulta o usuário será isento de coparticipação.

**Parágrafo único.** Fixa-se o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a consulta médica realizada por telemedicina, seja ela efetuada na condição de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

**Art. 11** - O fluxo de pagamento dos serviços prestados pela telemedicina seguirá nos mesmos moldes do pagamento relativo ao atendimento presencial.

**Art. 12** - O IPE Saúde poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem a realização da consulta e/ou documentos adicionais em que constem a matrícula do segurado atendido, data e hora.

**Art. 13** - Os médicos credenciados que realizarem teleconsulta deverão empregar esse meio de atendimento com objetivo de reduzir a propagação do COVID-19 e proteger os segurados do IPE Saúde.

**Parágrafo único.** Os médicos que realizarem as ações de que trata o caput deverão:

**I** - atender aos preceitos éticos de beneficência, não-maleficência, sigilo das informações e autonomia; e

**II** - observar as normas e orientações do Ministério da Saúde sobre notificação compulsória, em especial as listadas no Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19), disponível no endereço eletrônico do Ministério da Saúde.

**Art. 14** - O IPE Saúde não disporá ou oferecerá sistema de teleconsulta aos prestadores e usuários, tampouco direcionará o uso ou adoção de uma ou mais plataformas específicas ao serviço de telemedicina, contudo o atendimento realizado por médico ao paciente deverá:

**I** - atender diretamente o paciente por meio de tecnologia da informação e comunicação que garanta a integridade, segurança e sigilo das informações mediante encriptação entre as partes e que atenda os parâmetros registrados pelo Conselho de Medicina;

**II** - registrar em prontuário a teleconsulta realizada, com os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido em cada contato com o paciente;

**III** - emitir receita médica e atestado em meio eletrônico.

**Art. 15** - Havendo necessidade, o IPE Saúde poderá fazer constar em nota técnica relação meramente exemplificativa de sistemas que se ajustam aos parâmetros ora arrolados e os em consonância com as diretrizes dos instrumentos legais e infralegais que fundamentam a publicação desta Ordem de Serviço.

**Art. 16** - A presente Ordem de Serviço será aplicada durante o período abrangido pela epidemia do novo Coronavírus, tendo seus efeitos dispostos até a data de 31 de julho de 2020, sendo que sua vigência poderá ser prorrogada ou cessada de acordo com as diretrizes das autoridades estaduais e/ou nacionais quanto aos procedimentos adotados no processo enfrentamento a COVID-19.

**Art. 17** - O *site* do IPE Saúde ([www.ipesaude.rs.gov.br](http://www.ipesaude.rs.gov.br)) fará constar os tutoriais de acesso aos usuários e profissionais ao serviço de telemedicina.

**Art. 18** - Casos omissos, que por ventura forem identificados nesta Ordem de Serviço, poderão ser elucidados e esclarecidos através da publicação de Ordem de Serviço Complementar.

**Art. 19** - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 13 de abril de 2020.

**Marcus Vinicius Vieira de Almeida**

Diretor-Presidente do IPE Saúde

**Paulo Ricardo Gnoatto**

Diretor de Relacionamento com Segurados

**Antonio Quinto Neto**

Diretor de Provimento de Saúde

[1 https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/Livreto-Plano-de-Contingencia-5-Corona2020-210x297-16mar.pdf](https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/Livreto-Plano-de-Contingencia-5-Corona2020-210x297-16mar.pdf)

[2 https://legis.senado.leg.br/norma/31993957/publicacao/31994188](https://legis.senado.leg.br/norma/31993957/publicacao/31994188)

---

MARCUS VINICIUS VIEIRA DE ALMEIDA  
Diretor-Presidente  
Avenida Borges de Medeiros, 1945  
Porto Alegre  
Fone: 5132105602

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul  
Em 14 de Abril de 2020

Protocolo: **2020000411461**

Publicado a partir da página: **29**